

# Condenação de El Hage caminha para prescrição no CNMP

06/05/2025

O procurador da República do Rio de Janeiro **Eduardo El Hage** foi condenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pela divulgação de informações sigilosas de investigação da finada “lava jato”. Porém, como a punição foi suspensa pelo ministro Luiz Fux, o processo continua parado no Supremo Tribunal Federal há dois anos.

El Hage é candidato a uma vaga de desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O seu discurso para conquistar votos é o de que o legado de avanços da “lava jato” não pode ser esquecido. Por essa razão, diz, a corte precisa ter em seus quadros um protagonista como ele.

A lista sêxtupla da cota do quinto constitucional destinada ao MP deve ser filtrada para três nomes nesta quinta-feira (8/5). As numerosas vítimas do esquema juridicamente corrupto da turma de El Hage [acompanham](#) a disputa com grande interesse.

Além de El Hage, disputam a “cota lavajatista” seus parceiros **Felipe Bogado**, **Stanley Valeriano** e **Paulo Sergio Ferreira Filho**. Eles concorrem com o grupo que reúne profissionais mais técnicos, como **Júlio César Costa**, **Luciana Fernandes Gadelha**, **Marylucy Barra** e **Maurício Rodrigues**.

O movimento mostra que ainda é possível ganhar algo com a fábrica de falsos heróis e falsos vilões em que se converteu aquele fenômeno populista, cuja herança só seus beneficiários festejam. Mesmo com [incontáveis abusos](#) praticados por El Hage e demais lavajatistas.

## Violação de sigilo

Ex-coordenador da “lava jato” no Rio, Eduardo El Hage [foi condenado pelo CNMP à pena de suspensão](#) por 30 dias, com proibição de participar, por cinco anos, de forças-tarefas, grupos especiais ou mesmo de ocupar cargos de confiança no Ministério Público Federal.

A falta funcional se refere à divulgação à imprensa de informações sigilosas que faziam parte de uma investigação da “lava jato” contra os ex-senadores Romero Jucá e Edison Lobão. De acordo com o voto vencedor, proferido pelo conselheiro Daniel Carnio, o MPF do Rio divulgou notícia sobre a denúncia contra Jucá e Lobão em seu site sem que houvesse decisão judicial derrubando o segredo das informações.

Carnio também criticou a atuação dos procuradores. Para o conselheiro, a “lava jato” publicava denúncias como forma de influenciar a opinião pública e pressionar o Judiciário contra alvos da autodenominada força-tarefa. O processo teve início em 2021, e a decisão condenatória foi proferida no começo de 2023.

El Hage recorreu da decisão no CNMP e no Supremo Tribunal Federal (via ação originária). O ministro Luiz Fux [concedeu liminar](#) em 14 de março de 2023 para suspender os efeitos da condenação até que o conselho analisasse os embargos de declaração do procurador.

Duas semanas depois, o CNMP negou o recurso e manteve a suspensão de El Hage do cargo por 30 dias. Em uma nova decisão, proferida em 1º junho, depois de o processo transitar em julgado no CNMP, Fux prorrogou os efeitos de sua cautelar anterior até que o Supremo decida em definitivo sobre a punição do procurador. O magistrado ressaltou o “risco de dano irreparável” ao integrante do MPF.





Prorrogações como essa vão de encontro a mudanças recentes no regimento interno do Supremo, ocorridas em março de 2023. Desde então, ficou definido que o Plenário ou as turmas devem avaliar medidas cautelares decididas individualmente, sempre que embasadas na necessidade de preservação de direitos individuais ou coletivos. Com a alteração no regimento, a liberação de cautelares para referendo do Plenário ou das turmas passou a ser automática.

A liminar de Fux, no entanto, não foi submetida aos demais ministros até hoje. Em 1º de agosto de 2023, os autos da ação foram conclusos a Fux para julgar o mérito. Mas não houve nenhum andamento desde então.

Enquanto isso, El Hage está condenado no processo administrativo disciplinar, mas a execução da pena continua suspensa, porque a ação originária não anda. Porém, o prazo prescricional está fluindo e, em breve, a punibilidade do procurador será extinta por prescrição.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mai-06/condenacao-de-el-hage-caminha-para-prescricao-no-cnmp/>